



OBSERVADOR RURAL

Nº 128

Agosto 2022

**VARIAÇÕES DO EXTRACTIVISMO EM MOÇAMBIQUE:
UM MUNDO INTELIGENTE AO CLIMA
E A EMERGÊNCIA DO EXTRACTIVISMO VERDE**

Natacha Bruna

O documento de trabalho (*Working Paper*) *OBSERVADOR RURAL* (OMR) é uma publicação do Observatório do Meio Rural. É uma publicação não periódica de distribuição institucional e individual. Também pode aceder-se ao *OBSERVADOR RURAL* no *site* do OMR (www.omrmz.org).

Os objectivos do *OBSERVADOR RURAL* são:

- Reflectir e promover a troca de opiniões sobre temas da actualidade moçambicana e assuntos internacionais.
- Dar a conhecer à sociedade os resultados dos debates, de pesquisas e reflexões sobre temas relevantes do sector agrário e do meio rural.

O *OBSERVADOR RURAL* é um espaço de publicação destinado principalmente aos investigadores e técnicos que pesquisam, trabalham ou que tenham algum interesse pela área objecto do OMR. Podem ainda propor trabalhos para publicação outros cidadãos nacionais ou estrangeiros.

Os conteúdos são da exclusiva responsabilidade dos autores, não vinculando, para qualquer efeito o Observatório do Meio Rural nem os seus parceiros ou patrocinadores.

Os textos publicados no *OBSERVADOR RURAL* estão em forma de *draft*. Os autores agradecem contribuições para aprofundamento e correcções, para a melhoria do documento.

VARIAÇÕES DO EXTRACTIVISMO EM MOÇAMBIQUE: UM MUNDO INTELIGENTE AO CLIMA E A EMERGÊNCIA DO EXTRACTIVISMO VERDE

Natacha Bruna¹

RESUMO

As implicações das políticas de adaptação e mitigação às mudanças climáticas exigem que analisemos tendências para além do extractivismo orientado à eficiência e analisemos, de forma aprofundada, os impactos das chamadas “políticas verdes” ou inteligentes ao clima. Esta pesquisa visa explorar e fortalecer, teórica e empiricamente, a literatura de estudos agrários críticos na intersecção existente entre o extractivismo e as políticas verdes, com o objectivo de compreender como as relações socioeconómicas e ecológicas emergentes se desdobram; e, em última análise, compreender as implicações para a subsistência rural. Compreende-se que a implementação destas políticas em Moçambique tem resultado no surgimento do “extractivismo verde”, que constitui uma variação do extractivismo que se baseia na extracção, expropriação e transferência de direitos de emissão de populações rurais, seguida da transformação destes direitos em créditos de carbono a favor da acumulação de capital por diferentes grupos de actores externos que fazem uso destes (empresas de verificação, medição e certificação de créditos de carbono, países industrializados e indústrias poluentes). Os direitos de emissão constituem a faculdade e possibilidade de usar e beneficiar legitimamente de activos/recursos ecológicos. Assim, em contextos de extractivismo verde, a população rural afectada pelos programas de captação de carbono são privadas de recursos florestais determinantes para sua reprodução social, assim como do seu direito de emitir. O extractivismo verde intensificará o carácter extractivista do modelo de desenvolvimento de Moçambique. Com a criação e extracção de uma nova *commodity* – direitos de emissão – o extractivismo verde também envolve processos que alimentam o mercado internacional, respondem a interesses internacionais de solucionar a crise climática, mas deixa ficar nos países hospedeiros uma série de implicações socioeconómicas negativas e adversas à subsistência rural, mas também ao modelo de desenvolvimento do país como um todo.

1. INTRODUÇÃO

Das relações de troca assimétricas e exploradoras do extractivismo virado à eficiência para o extractivismo verde

As actividades extractivistas podem ser rastreadas até aos anos 1500, inseridas “numa perspectiva histórica de ‘continuidade e mudança’ na evolução do capitalismo e imperialismo” (Veltmeyer, 2013: 80). O extractivismo orientado à eficiência constitui uma das estratégias centrais das relações de troca do imperialismo, do colonialismo e do neoliberalismo, com o objectivo último de acumulação de capital. Este concentra-se, principalmente, em objectivos de extracção de recursos para alimentar processos de produção, tendo como objectivo o aumento da eficiência económica e maximização de lucro, entre outros objectivos económicos, como é o caso do extractivismo de mineração e energia e do extractivismo agrário, tendo este último sido mais recentemente explorado teoricamente (Alonso-Fradejas 2021; Gudynas 2021; McKay 2017; Petras e Veltmeyer 2014). As relações históricas de troca, baseadas no extractivismo orientado para

¹ Doutora em Estudos de Desenvolvimento, com enfoque em Economia e Ecologia Política de Recursos Naturais e pesquisadora do Observatório do Meio Rural.

eficiência, estão no centro do crescimento e desenvolvimento económico globalmente desigual e desproporcional, assim como da divisão global do trabalho (Acosta 2013; Amin 1977; Bebbington 2015; Shivji 2019).

Actualmente, a corrida aos recursos continua orientada a diversos países africanos e baseada na implementação e desenvolvimento de actividades extractivas (Bryceson 2002; Moyo, Yeros e Jha 2012). Ye *et al.* (2020: 163) referem-se ao extractivismo como “a característica principal do capitalismo global como um todo. Cada vez mais, sectores económicos são (re)construídos de forma extractivista”. E, de forma geral, as actividades extractivas e extractivistas têm sido abordadas, discursivamente, como uma oportunidade para o desenvolvimento e redução da pobreza, ignorando, deste modo, as implicações reais adversas. Seguindo esta abordagem, ao longo dos últimos 20 anos, o Governo de Moçambique e as respectivas políticas públicas económicas e agrárias colocaram o país como um dos principais destinos para implementação de avultados de investimento directo estrangeiro (IDE) baseados, principalmente, na extracção de recursos naturais. Ou seja, grande parte destes investimentos engajam-se num esquema de extrair-escoar-e-exportar e, conseqüentemente, o país tornou-se numa economia extractiva (Castel-Branco, 2014) que se pode designar de pólo extractivo. Moçambique passou a alimentar a industrialização de outras regiões através do fornecimento de energia e de *commodities* primárias e, ao mesmo tempo, intensificando as suas importações de bens manufacturados e alimentos para suprir as necessidades do mercado interno. Embora as taxas de crescimento económico sejam resultado do alto fluxo de IDE (Castel-Branco, 2014; Mosca, 2005), a economia não atinge as metas de redução da pobreza e nem amplia a base social e económica para atingir o desenvolvimento (Castel-Branco 2014). Na realidade, estes investimentos e suas actividades extractivistas tornaram-se, em vez disso, um condutor e promotor de exclusão social com implicações negativas para os meios de subsistência rurais (Bruna, 2017; Castel-Branco, 2014).

No entanto, existe actualmente uma característica distinta na corrida aos recursos, trazida pela emergência e intensificação da crise ambiental global, a qual tem transformado a economia global – incorporando o ambientalmente sustentável na existente eficiência económica, o que constitui o aspecto central das chamadas políticas inteligentes ao clima. O desenrolar das tendências da economia verde e as políticas de mitigação e adaptação às mudanças climáticas (e suas implicações para o desenvolvimento rural) exigem que se redireccione o foco da questão agrária de forma a integrar a lente de ecologia política (Bernstein, 2010: 301). É neste contexto que Borrás *et al.* (2021) afirmam que as mudanças climáticas e o capitalismo contemporâneo estão entrelaçados e, por isso, essa relação requer uma análise mais profunda, principalmente no que diz respeito à forma como a mesma molda o desenvolvimento rural. Respondendo a essas chamadas, esta pesquisa visa explorar e fortalecer, teórica e empiricamente, a literatura de estudos agrários críticos na intersecção existente entre o extractivismo e as políticas verdes, com o objectivo de compreender como as relações socioeconómicas e ecológicas emergentes se desdobram; e, em última análise, compreender as implicações para a subsistência rural.

A fundamentação desta pesquisa centra-se no facto de que as organizações internacionais, que exercem grande influência política e económica a nível global (e, em particular, ao nível nacional), como o Banco Mundial, a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), e, mais recentemente, o Painel Intergovernamental para as Mudanças Climáticas (em inglês *Intergovernmental Panel on Climate Change*, IPCC), têm promovido medidas urgentes para mitigar e adaptar às mudanças climáticas, focando principalmente no controlo das emissões de gases de efeito estufa (GEE). Tais políticas têm impactos directos no uso da terra e nas relações sociais do meio rural, assim como nas estratégias de sobrevivência da população (Bruna, 2019).

Para facilitar o objectivo de superar a vulnerabilidade climática e “solucionar” a crise climática, estão a ser direccionados recursos financeiros para projectos verdes com o objectivo de reduzir as emissões e maximizar o sequestro de carbono (FAO, 2013; IPCC, 2019; The World Bank 2010a, 2010b), o que constitui a essência da aplicação de um “mundo inteligente ao clima”. Em outras palavras, essas instituições estão a promover e financiar a implementação de “políticas inteligentes ao clima”, definidas como “aquelas que melhoram o desenvolvimento, reduzem a vulnerabilidade e financiam a transição para caminhos de crescimento de baixo carbono” (The World Bank 2010a, xx). Assim, eficiência e as metas ambientais são a combinação central dos processos globais contemporâneos de acumulação (Franco e Borrás 2019).

Políticas inteligentes ao clima e estratégia de mitigação e adaptação às mudanças climáticas em Moçambique: intersecção do extractivismo e políticas verdes

Entre muitas outras, as “políticas inteligentes ao clima” incluem a Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal (REDD+), Agricultura Inteligente ao Clima (CSA, sigla do inglês *Climate-Smart Agriculture*) e a promoção de investimentos “verdes”, como, por exemplo, plantações florestais, produção de biocombustíveis e projectos de energias renováveis. A CSA é considerada, tanto pelo Banco Mundial, assim como pela FAO, uma das ferramentas essenciais para alcançar o desenvolvimento sustentável; a FAO afirma que “a CSA atende a essas expectativas melhorando a produtividade, aumentando a resiliência e reduzindo as emissões de GEE” (FAO 2013: 357). Em linha com o conceito da FAO, o Banco Mundial (2011) considera a CSA uma forma de fortalecer a segurança alimentar e proporcionar benefícios ambientais. Por sua vez, a estratégia REDD+ é a principal política nacional de mitigação e adaptação às mudanças climáticas em Moçambique e engloba directrizes para a CSA e de promoção de investimentos verdes. O REDD+ em Moçambique visa “reduzir as emissões por desmatamento e degradação florestal, conservação florestal, gestão sustentável e aumento das reservas de carbono por meio de florestas plantadas” (MITADER, 2016: 41), concentrando-se em três sectores principais: agricultura, floresta e energia. É no âmbito dessas duas políticas que este artigo visa compreender as intersecções entre extractivismo e políticas verdes em Moçambique.

Ao analisar a intersecção do extractivismo e das políticas verdes, através da experiência de Moçambique, este estudo mostra que as políticas verdes implicam, além da expropriação de recursos, a expropriação dos direitos de emissão da população rural. Direitos de emissão, especialmente no caso de famílias rurais afectadas por tais políticas, *constituem a faculdade e a possibilidade de usar e beneficiar dos activos/recursos ecológicos*. Exemplos incluem usar e beneficiar dos recursos florestais (fauna, flora, etc.) para a subsistência, praticar a agricultura sem restrições impostas e assim por diante. Usando o extractivismo como quadro teórico, é possível compreender como os direitos de emissão são expropriados, transformados em créditos de carbono e transferidos a favor de actores que exercem a acumulação externa. Isso dá origem a uma nova variação de extractivismo que proponho chamar de “extractivismo verde”. Este servirá de ferramenta teórica útil para analisar dinâmicas contemporâneas de processos de extracção, produção, reprodução, distribuição e acumulação baseados e legitimados por discursos verdes e em nome da luta contra as mudanças climáticas.

Ao explorar o conceito de extractivismo verde, permite-se uma maior compreensão de diferentes factores na vertente teórica e empírica do extractivismo. O primeiro diz respeito à percepção dos diferenciados processos nos quais o extractivismo se manifesta, ou seja, em função da apropriação da natureza, por um lado, e da exploração de trabalho, por outro, ao que chamo de “variações do extractivismo”. O segundo diz respeito à forma como a acumulação é realizada em

todo o circuito da cadeia de valor das *commodities* (da extracção ao consumo final) e as implicações para o pólo extractivo, em termos de produção e desenvolvimento económico. E, em terceiro, é o facto de este quadro teórico revelar a extracção de recursos “invisíveis” ou “intangíveis” (como, por exemplo, os direitos de emissão) que são, de facto, expropriados à população rural prejudicando a reprodução social da mesma.

2. METODOLOGIA E QUADRO TEÓRICO

Este estudo visa responder à pergunta “Como a intersecção do extractivismo e das políticas verdes molda a expropriação de recursos para acumulação de capital e quais são as implicações para os meios de subsistência rural?”. Para responder à pergunta de pesquisa, é importante consolidar a literatura existente sobre o conceito de extractivismo de forma a melhor compreender as diferentes formas em que este se manifesta. Para tal, foram seleccionados três casos de estudo que manifestam diferenciados processos de extractivismo em sectores distintos: mineração (caso da SASOL e extracção de gás natural), agricultura (caso da Portucel Moçambique e seu projecto de plantação de eucalipto) e ambiente (caso da Reserva Nacional do Gilé e uma combinação de implementação de REDD+ e CSA).

O trabalho de campo foi realizado de forma intermitente entre 2015 e 2019. A recolha de dados durante o trabalho de campo foi conduzida com base em métodos qualitativos, incluindo observação participante, mais de 80 entrevistas semi-estruturadas (chefes de agregados familiares rurais, organizações não governamentais (ONGs), representantes do governo local, representantes da administração da reserva, representantes do sector privado e representantes de plataformas locais) e discussões de grupos focais (chefes de agregados familiares rurais e trabalhadores). Foram também recolhidos dados secundários, incluindo indicadores macroeconómicos quantitativos para entender melhor a estrutura e o desempenho de uma economia extractiva. Os dados qualitativos foram analisados através de uma abordagem de comparação constante, baseada num processo de codificação aberta, axial e selectiva, para poder rastrear os processos e identificar causalidade e ligações entre processos e resultados (Boeije 2002).

A lente tórica usada para analisar os dados combina conceitos de economia e ecologia política; expropriação de terras e recursos (Borras e Franco 2013; Hall *et al.* 2015; White *et al.* 2012; Zoomers 2010); extractivismo(s) e expropriação de recursos naturais (Acosta 2013; Arsel e Büscher 2012; Fairhead, Leach e Scoones 2012; Gudynas 2021); o papel da natureza na produção de riqueza (Bunker 1984); relações desiguais entre periferias e centros que alimentam o desenvolvimento globalmente desigual e suas implicações para os meios de subsistência rural e a questão agrária (Amin 2012; Bernstein 2010; Shivji 2019); a segunda contradição do capitalismo e da ecologia crise (Moore 2017; O'Connor 1998); e a capacidade do capitalismo de converter a sua própria crise numa nova estratégia de acumulação (Arsel 2019). Também explora a literatura mais recente sobre extractivismo ligado ao ambiente (Bruna 2021; Dunlap e Brock 2021; Voskoboynik e Andreucci 2021). É importante sublinhar que a ecologia política oferece ferramentas analíticas adequadas para explorar questões biofísicas e assimetrias nas relações de troca (particularmente para a vertente ecológica), esclarecendo a importância dos activos ecológicos, tanto para a reprodução local, quanto para a reprodução nacional. Este conjunto de conceitos e quadros teóricos permite uma maior compreensão dos fluxos regionais e globais do que está sendo extraído/apropriado e as implicações locais para a reprodução social como resultado da perda de recursos ecológicos.

3. RUMO A UM QUADRO TEÓRICO CONSOLIDADO: FUNDAMENTOS TEÓRICOS DO EXTRACTIVISMO

As teorias económicas clássicas (Ricardo 1919; Smith 1976) sublinham a importância das actividades extractivas e seu papel na criação de riqueza das nações, sem abordar de forma aprofundada as indesejadas implicações económicas e sociais para os países onde as mesmas têm lugar, e também sem considerar os riscos de distribuição assimétrica de ganhos e perdas nos processos e relações de troca de *commodities* entre regiões e países. Por outro lado, os teóricos da maldição dos recursos (Auty 1995; Badeeb, Lean e Clark 2017; di John 2011) centram-se, principalmente, na abundância de recursos e nas implicações macroeconómicas para o país anfitrião, “culpabilizando”, principalmente, a abundância e a exploração de recursos pelas subsequentes distorções macroeconómicas, sem evidenciar as assimetrias nos ganhos e perdas entre os pólos extractivos e pólos industrializados. É esta lacuna que os teóricos em estudos de desenvolvimento (Marxistas e não-Marxistas) exploram. Estas abordagens que relacionam as relações assimétricas entre centros (países industrializados) e periferias (pólos extractivos) e as causas da pobreza e do subdesenvolvimento (Amin 1977; Frank 1970; Furtado 1964). A teoria da dependência surge como uma ferramenta crucial para compreender as relações de poder e o capitalismo num mundo globalizado e suas implicações no subdesenvolvimento das periferias (Amin 1977; Frank 1970; Furtado 1964). No entanto, geralmente ignoram questões importantes sobre a apropriação da natureza (relações ecológicas de troca) e as respectivas implicações ecológicas.

Para responder a essas lacunas nesse conjunto de quadros conceituais, o quadro do extractivismo visa olhar para as raízes do subdesenvolvimento num contexto de relações de troca desiguais, centrando, não apenas, na exploração do trabalho, mas, principalmente, na expropriação de recursos naturais. Essa estrutura interliga os fluxos e circuitos globais de *commodities* com as implicações locais – especialmente como uma tentativa de compreender a organização económica, social e ecológica das economias extractivas para responsabilizar as partes relevantes pelos custos incorridos e entender melhor a trajetória de desenvolvimento das periferias, que são os pólos extractivos.

Sem explicitamente referir-se ao “extractivismo”, Bunker (1984) sublinhou as diferenças entre economias extractivas e economias produtivas. O autor argumenta que as actividades extractivas teriam implicações adversas para a economia e “sobre o potencial de desenvolvimento das regiões afectadas” (Bunker, 1984: 1017). Para Bunker (1984), as teorias (crescimento, desenvolvimento, trabalho e assim por diante) baseadas em experiências de economias produtivas não explicarão com precisão a dinâmica e as trajetórias de desenvolvimento das economias extractivas “porque a exploração dos recursos naturais usa e destrói valores que não podem ser calculados em termos de trabalho ou capital” (Bunker 1984: 1019). Isso está no cerne do extractivismo como referencial teórico. O extractivismo vai além de “culpar” a abundância de recursos; abordando o processo, termos e condições, procedimentos e relações de poder através dos quais os actores extraem, escoam e transferem recursos naturais com base num processo desigual de criação e distribuição de riqueza.

Deste modo, o extractivismo não diz respeito *apenas* ao que se toma, nem ao que sobra, mas é, na mesma proporção, sobre o que foi perdido e não pode ser recuperado – a perda da capacidade de reprodução juntamente com a perpetuação do subdesenvolvimento. Este conceito de extractivismo, ou extractivismo(s), e até extractivismo(s) global(is), está sendo estudado e debatido de forma multidisciplinar, desde economistas heterodoxos, economistas políticos,

ecologistas políticos, geógrafos, antropólogos e assim por diante; os quais vêm discutindo profundamente os fundamentos teóricos e empíricos deste conceito. Para este artigo e para a pesquisa em geral, o extractivismo será mais explorado num contexto de produção, acumulação e apropriação da natureza.

Os debates advindos de experiências na América Latina constituíram os primeiros grandes passos para a consolidação deste quadro teórico. Acosta (2013) entende o extractivismo como um 'modo de acumulação' baseado na remoção de recursos naturais para exportação. Enquanto Gudynas (2021) descreve-o como "diferentes formas de organizar a apropriação dos recursos naturais (como matéria, energia ou processos ecológicos) para servir aos propósitos humanos em seus contextos sociais e ambientais. Por sua vez, Petras e Veltmeyer (2014: 252) definem o extractivismo como "a apropriação de grandes volumes de recursos naturais" com o objectivo de "exportar como matéria-prima para mercados globais", incluindo a relação de exploração do trabalho assalariado.

Ye *et al.* (2020) focam o seu argumento, principalmente, no controlo sobre os recursos, seus fluxos e redes de *commodities* que se desdobram sem desenvolver as forças produtivas do país anfitrião. Assim, no contexto de uma economia globalizada, os fluxos de *commodities* de e para pólos extractivos e de e para pólos produtivos, constituem '*big business*' envolvendo múltiplos canais de acumulação ao longo de toda a cadeia de valor até alcançar o consumidor final. As multinacionais de transporte marítimo, frete, logística e transporte acumulam ao longo desse processo, e fazem parte do esquema de extracção, transferência e troca de matérias-primas. Nesse contexto, Andrade (2022: 2) destaca o facto de que o extractivismo é um fenómeno que se constituiu e, ao mesmo tempo, condiciona a organização social da produção e a dinâmica de acumulação de capital, as relações sociais e de poder do país.

Os pólos extractivistas são ecologicamente explorados, economicamente estruturados e socialmente organizados para acomodar a extracção e drenagem de *commodities*. As periferias, como Moçambique, tendem a tornar-se economias extractivas com circuitos estratégicos de escoamento de *commodities* para mercados internacionais com forças produtivas desenvolvidas. Os recursos públicos financeiros e não-financeiros tendem a ser transferidos de sectores prioritários, como a agricultura, para o sector extractivo e infra-estruturas. Isso confirma uma visão particular de Bunker (1984), que destaca como essas dinâmicas do extractivismo moldaram estruturas, ambientes, organização do trabalho, dos sistemas de propriedade, Estados e muitos outros aspectos económicos e sociais dos pólos extractivos.

Dependência económica, deterioração das condições sociais, concentração de renda, distribuição desigual dos benefícios dos investimentos extractivistas, deslocamento da população local, com implicações negativas para os meios de subsistência, expropriação e concentração de recursos (terra) e marginalização de prioridades locais ou nacionais, estão entre os males mais comumente identificados do extractivismo (Acosta 2013; Arsel 2012; Arsel, Hogenboom e Pellegrini 2016; Gudynas 2010; North e Grinspun 2016; Nygren, Kröger e Gill 2022; Petras e Veltmeyer 2014).

O extractivismo pode ser entendido como um processo que alimenta a acumulação a partir de formas diferenciadas de remoção e apropriação da natureza (recursos naturais) por meio de níveis diferenciados de exploração do trabalho. A *commodity* extraída é transferida da região A para a região B e a acumulação materializa-se em todos os níveis da cadeia de valor das *commodities* até chegar à região B. A região A é, geralmente, uma economia periférica ou um pólo extractivo, e a região B, geralmente, é um polo produtivo ou região industrializada onde a transformação, o

consumo e a acumulação maximizada acontecem. Assim, o extractivismo implica a exploração do trabalho e expropriação da natureza, e materializa-se através de relações sociais, económicas e ecológicas assimétricas e exploradoras. Custos mais elevados, como a ruptura da organização social e económica e das forças produtivas, assim como de degradação ecológica, ficam para os núcleos extractivos, enquanto os ganhos e lucros económicos se concentram maioritariamente em países e actores das regiões industrializadas, ou onde ocorre a transformação das matérias-primas em causa.

Um dos argumentos centrais deste artigo é que a expropriação e extracção de recursos, por meio de esquemas extractivistas, podem ser realizadas por meio de mecanismos e processos diferenciados. Dois padrões principais de extractivismo foram identificados, a saber: (1) extractivismo orientado para a eficiência; e (2) extractivismo orientado para políticas verdes e ao ambiente. Assim, surge a noção de 'Variações do extractivismo' que constitui uma tentativa de reflectir, de forma transversal, sobre a predominância do extractivismo nos diferentes sectores económicos e sobre os respectivos mecanismos pelos quais recursos/mercadorias são extraídos e transferidos de pólos extractivos para centros industrializados. É uma tentativa de considerar diferentes modelos em que a expropriação e extracção de recursos ocorre sob esquemas extractivistas e como tal fenómeno molda as relações sociais, económicas e ecológicas.

4. VARIAÇÕES DO EXTRACTIVISMO: PROCESSOS DIFERENCIADOS DE EXPROPRIAÇÃO E EXTRACÇÃO DE RECURSOS

Cada variação do extractivismo baseia-se em processos distintos de expropriação e extracção de recursos naturais, assim como em níveis diferenciados de exploração do trabalho. Este texto aborda três grandes variações do extractivismo, que se apresentam na figura abaixo. Por exemplo, o extractivismo mineiro e energético clássico pode implicar muito menos exploração do trabalho que o extractivismo agrário, que é, por natureza, mais intensivo em trabalho. A Figura 1 retrata uma tentativa de alavancar a compreensão das diferentes manifestações do extractivismo, embora possa não esgotar todas as possibilidades. É importante sublinhar que este esquema constitui uma ferramenta heurística para reflectir e examinar a realidade, com o reconhecimento de que a realidade não se encaixa totalmente nos limites de nenhuma tipologia.

Figura 1: Variações do extractivismo e a sua relação com natureza e trabalho.



Fonte: Elaborado pela autora.

4.1. Extractivismo impulsionado para a eficiência em Moçambique

De acordo com o relatório do Banco de Moçambique (2019), a entrada de IDE em 2018 foi de aproximadamente USD 2,7 mil milhões, dos quais, 77% foram direccionados para a indústria extractiva (e 80% destes últimos, para gás natural e carvão mineral). O IDE atingiu um máximo em 2013, de cerca de USD 6,697 mil milhões; este montante foi principalmente canalizado para a extensão da capacidade produtiva dos IDEs e da capacidade de escoamento de mercadorias para exportação (Banco de Moçambique 2019). É deste modo que o capital extractivo exerce a sua influência nas tendências do crescimento económico no país.

Na última década, a indústria extractiva foi o sector que mais cresceu em Moçambique, tendo passado do menor para o segundo maior sector da economia, enquanto o sector agrícola e a indústria de transformação tiveram tendência a diminuir, em termos percentuais. Castel-Branco (2014: S26) explica que, apesar das altas taxas de crescimento, a economia "tem sido ineficaz e ineficiente na redução da pobreza e no fornecimento de uma base social e económica mais ampla para o desenvolvimento". Estas tendências podem também justificar-se pelo facto de que o investimento, os gastos públicos e os esforços políticos do país estão cada vez mais direccionados para as actividades extractivas, particularmente a indústria extractiva, incluindo infra-estruturas e serviços de suporte.

Mas o resultado de mais de duas décadas de intensificação do IDE impulsionado pela eficiência económica foi o estabelecimento de uma estrutura e organização económica e social que acomoda o esquema de extrair-escoar-e-exportar; tal esquema, apenas consolidou o *framing* económico colonial extractivista e, como mostram estudos recentes (Mosca, Abbas, Bruna, 2013; Castel-Branco, 2014; Bruna, 2019), estas dinâmicas têm resultado num aumento das implicações negativas no bem-estar da população. O país ocupa a 180ª posição no Relatório de Desenvolvimento Humano (entre 189 países em 2019), sendo categorizado como de baixo desenvolvimento humano. O Índice de Pobreza Multidimensional mostra que, com base em

dados estatísticos de 2011, 72,5% da população é multidimensionalmente pobre e 13,6% é classificada como vulnerável à pobreza multidimensional (UNDP 2019). No geral, a pobreza ainda é uma questão predominante; 46% da população vive abaixo da linha da pobreza (MEF, 2016), apesar dos “sucessos macroeconómicos”.

Embora os indicadores socioeconómicos reflectam a reprodução do subdesenvolvimento em Moçambique, as exportações continuam a ter uma tendência crescente. A estrutura da balança comercial moçambicana mostra a fraca capacidade de industrialização do país ou a falta de investimentos na área de processamento de *commodities*. Também mostra que a maioria dessas *commodities* é exportada para o Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul - BRICS (Banco de Moçambique, vários anos). Apesar de os BRICS representarem 21% do IDE, 35% do total das exportações (de 2009 a 2019) foram direccionadas aos mesmos, atingindo um pico em 2018 onde se exportou 51% do total das exportações para os BRICS (Banco de Moçambique, 2019); isso indica que mais da metade das exportações de Moçambique tem alimentado as necessidades e a industrialização dos BRICS, na medida em que Moçambique tem fornecido matérias-primas e energia de preço relativamente baixo.

Além disso, a estrutura das exportações mostra claramente a concentração de influência e poder económicos numa dezena de megaprojectos e em determinados sectores económicos (energia e indústria extractiva, principalmente). Por exemplo, 30% das exportações nos últimos 15 anos pertencem a apenas a uma empresa, a Mozal, com uma “*commodity* de trânsito” – o alumínio. Em 2019, 70% do total das exportações do país pertenciam a megaprojectos (multinacionais que actuam na indústria de energia e extracção): predominantemente Vale e Jindal (carvão), Sasol (gás natural), Mozal (alumínio) e Kenmare (areias pesadas). Todos eles são altamente vulneráveis à volatilidade dos preços do mercado internacional – o que diz muito sobre a vulnerabilidade económica e dependência externa do país.

Enquanto Moçambique exporta matéria-prima, energia e *commodities* primárias para alimentar a industrialização e acumulação noutros países, este tem-se tornado num importador líquido de bens manufacturados, cereais (entre outros alimentos) e combustíveis para suprir as necessidades internas do país, mas também as demandas do capital extractivo estrangeiro – isto é, multinacionais actuando em indústrias extractivas. Aproximadamente metade das importações totais de 2009 e 2015 foram fornecidas pelos BRICS, em particular a China e a Índia.

Além de abastecer o mercado interno com alimentos e outros bens, uma parte importante das importações alimenta o IDE no sector extractivo. De acordo com o relatório do Banco de Moçambique (BdeM, 2019), cerca de USD 1.365 milhões representavam a maquinaria e infra-estruturas para actividades de exploração de gás no Norte (áreas 1 e 4 da Bacia do Rovuma). A estrutura das importações mostra que o mercado interno depende de recursos externos para suprir as necessidades de alimentos e bens processados (máquinas, bens de capital, etc.). Não possui um nível de industrialização adequado para atender às necessidades domésticas, nem tem capacidade de produzir alimentos suficientes para as necessidades internas, pois os recursos privados e públicos são empregues directamente para atender aos interesses do mercado internacional.

Em geral, os influxos de capital extractivo estrangeiro e o seu esquema de extracção-escoamento-exportação são operacionalizados de formas e em sectores distintos. Cada um desses processos de extracção de recursos naturais requer uma combinação diferente de exploração do trabalho e expropriação de recursos naturais. As duas variações mais proeminentes de extractivismo orientados para a eficiência são exploradas nas secções a seguir.

4.1.1. Extractivismo Mineiro e energético: o caso da SASOL e a extracção de gás natural

Um dos principais pilares da política económica de Moçambique é a intensificação da exploração dos recursos naturais em nome do desenvolvimento e crescimento económico. O complexo energético-mineral tem sido uma prioridade do governo moçambicano desde o período pós-socialista (Castel-Branco 2014; Mosca, Abbas e Bruna 2013). A SASOL é o megaprojecto mais antigo da indústria extractiva e as suas exportações representam, em média, 5-8 por cento do total das exportações nacionais, desde a operacionalização do gasoduto em 2004. O projecto compreende a extracção de gás natural por ano e o seu transporte, através de um gasoduto subterrâneo (de mais de 800 km), para a África do Sul em Secunda, Mpumalanga. A área em questão (Temane e Pande) é considerada uma das maiores reservas de gás natural de África, contendo uma estimativa de 2,5 biliões de pés cúbicos (Trillion Cubic Feet - TCF) ou 2,7 milhões de giga joules, com um potencial estimado de 3,2 TCF. A primeira área a ser perfurada foi Temane, com capacidade para produzir 20–40 milhões de pés cúbicos por dia (AfDB 2002).

As implicações sociais, económicas e ambientais devem ser levadas em consideração. A avaliação de impacto ambiental da SASOL refere múltiplos riscos e perigos deste projecto que devem ser acautelados. Estes incluíam preocupações com a gestão de resíduos perigosos e não-perigosos, e em relação às suas operações, como a libertação de mercúrio para a atmosfera, a necessidade de controlar as altas emissões de óxido de nitrogénio (NOx), a incineração de resíduos e a libertação resultante de dioxinas ou o tratamento de águas pluviais ou resíduos com altos níveis de contaminantes orgânicos (PDA 2001).

Embora o real impacto ambiental da Sasol ainda não esteja claro, a população local, que depende da agricultura, afirma que as operações da empresa estão impactando negativamente na produção agrícola e causando rupturas em seus meios de subsistência. Além de ter passado por um processo de expropriação de terras, considerado por eles como mal conduzido, a compensação foi considerada inadequada e insuficiente. Tanto os reassentados como os agregados familiares que residem nas áreas circunvizinhas das áreas de perfuração, reclamam das mudanças ocorridas no meio ambiente e nos ecossistemas, e que afectam negativamente a sua vida económica e saúde. Estes relatam tremores de terra, mudanças nos padrões de chuva, diminuição da qualidade e produtividade do solo e mudanças na qualidade das suas colheitas. Problemas relacionados à saúde também foram relatados. Em resumo, implicações adversas para a reprodução social da população local foram verificadas.

Desde que a Sasol chegou, a água da chuva já não pode ser bebida. Folhas de abóbora, folhas de mandioca e outras folhas de plantas já não podíamos comer... Eles testaram a água da chuva e havia problemas com aquela água, [ela] está envenenada... você pode ficar doente. Vimos que as folhas das nossas machambas mudaram de cor e sabor... A Sasol está a trazer pobreza, está a aumentar a pobreza. Eles continuam a destruir o que a comunidade tenta construir. (Reassentado, Inhassoro, 2019).

Numa perspectiva mais macro, notam-se também tendências negativas. O governo de Moçambique, quer se justifique pelo menor poder de negociação, quer pelos baixos níveis de transparência nos contractos e concessões, ou até pela predominância de corrupção, estabeleceu uma taxa de *royalties* de apenas 5%. Além disso, proporcionou enormes benefícios fiscais à SASOL – incluindo isenção do Imposto sobre o Valor Acrescentado e dos impostos sobre importação.

Castel-Branco (2014) analisou três grandes megaprojectos do complexo energético-mineral em Moçambique: Mozal, Kenmare e Sasol. Mostrou que (entre 2008 e 2012) estas três empresas contribuíram em mais de 20% do Produto Interno Bruto de Moçambique, mas menos de dois por cento das receitas fiscais (Castel-Branco 2014). Todas as suas contribuições fiscais combinadas (incluindo o imposto sobre os rendimentos e sobre salários dos trabalhadores) correspondem a apenas três por cento das receitas totais da empresa, (Castel-Branco 2014). No geral, a combinação de incentivos fiscais, livre repatriação de capital e baixa taxa de reinvestimento de lucros está no cerne da acumulação externa e da baixa retenção de riqueza no país.

Um estudo realizado pelo Centro de Integridade Pública (CIP, 2013) ilustra que as receitas do governo são muito baixas em comparação com as expectativas, não apenas pela baixa taxa de *royalties*, mas também porque o acordo de preços não beneficia o país. De acordo com o mesmo estudo, a Sasol compra gás natural em Moçambique por um quinto do preço a que o vende no mercado sul-africano. Mondliwa e Roberts (2018) concluíram que os maiores vencedores do projecto SASOL e da extracção de gás em Moçambique são (1) a Sasol, entre outros factores, através das margens de lucro baseadas em diferenças de preços e isenções fiscais; e (2) o governo sul-africano, através de impostos pagos pela Sasol na África do Sul. Além de que a África do Sul está atingindo os seus objectivos de redução das emissões através – como afirma – da diversificação das fontes de energia (do carvão ao gás natural) ao mesmo tempo que alimenta as suas necessidades de industrialização.

Distintamente, Moçambique acaba num *framing* estrutural, social e económico de extracção-escoamento-e-exportação, sem alargamento das suas forças produtivas, com graves implicações ambientais (ruptura de ecossistemas e degradação ecológica). Consequentemente, o país perde a capacidade e/ou oportunidade de gerar uma base ou organização social e económica para alcançar o progresso e o desenvolvimento sustentável, conforme descrito por Amin, Bunker e outros estudiosos com foco nas relações desiguais entre os países do Sul e do Norte Global.

Nesta variação do extractivismo os recursos são, como Ye *et al.* (2020) colocaram, literalmente '*minerados/extraídos do subsolo*' para serem escoados e vendidos no mercado internacional, para regiões onde são posteriormente transformados em produtos finais ou utilizados como energia para alimentar a industrialização de núcleos industriais/produtivos. No geral, a distorção da dinâmica económica (macroeconómica e intensificação da dependência) e a ruptura dos processos de reprodução social local, e todos os males do extractivismo discutidos nas seções anteriores, estão entre as implicações negativas da extracção de gás executada pela Sasol. No entanto, é importante sublinhar as implicações ecológicas também: (1) exploração e esgotamento dos recursos do país, os quais beneficiam de forma assimétrica e desigual as classes e elites do capital doméstico e, principalmente, a economia, a industrialização e o Estado sul-africanos; e (2) destruição ecológica e do ecossistema na forma de poluição do ar, solos menos férteis, possível interrupção dos ciclos de chuva, contaminação de culturas alimentares, etc. – que impactam negativamente na saúde, na capacidade de produzir alimentos e, em geral, na reprodução social de agregados familiares afectados.

4.1.2. Extractivismo agrário: o caso da Portucel Moçambique

Teóricos têm estendido o conceito de "extractivismo" para além da dinâmica tradicional de "mineração" de *commodities* a partir do solo. Por exemplo, Ye *et al.* (2020) argumentam que a agricultura, silvicultura e pesca também podem fazer parte do esquema extractivista de produção; eles afirmam que essas mercadorias também podem ser "*mineradas*", figurativamente. Esta é a arena do conceito emergente de agro-extractivismo ou extractivismo agrário. O 'agro-extractivismo' ou 'extractivismo agrário' (Alonso-Fradejas 2015; McKay 2017; Petras e Veltmeyer 2014), considerada a questão agrária do século XXI (Petras e Veltmeyer 2014), é uma variação emergente do extractivismo em que a retirada de recursos naturais não processados é feita no sector agrícola. Nesta variação, desenrola-se uma combinação de expropriação de terra/recursos naturais e exploração de trabalho como base para produção e exportação de *commodities* não processadas ou com baixo nível de processamento (madeira, as diferentes *commodities* para produção de biocombustíveis e de alimentos processados, entre outros).

Moçambique é um país com potencial para o desenvolvimento do extractivismo agrário. O governo vem promovendo activamente a ocupação de terras ociosas e incentivando investidores estrangeiros para dinamizar o sector agrícola, seguindo a 'campanha' do Banco Mundial desde o relatório de 2008 "*Agriculture for Development*". Nesta linha, e também no âmbito da estratégia nacional para as alterações climáticas, a Portucel Moçambique surge como um "investimento promissor" com potencial para promover o crescimento económico, o desenvolvimento rural e social e a geração de emprego. A Portucel Moçambique foi criada em 2009 pela The Navigator Company (anteriormente grupo Portucel Soporcel), para implementar o maior projecto de produção de pasta de papel no país, para exportação.

Inicialmente a empresa previa exportações de pasta de papel estimadas em cerca de USD 1.000 milhões por ano. Os principais mercados da empresa seriam o mercado asiático (80%) e o mercado europeu (20%). No entanto, segundo a empresa, tornou-se economicamente insustentável (não lucrativo) produzir e exportar pasta de papel. Segundo o representante da empresa (entrevistado em Maputo), a Portucel abandonou os planos de industrialização e optou por exportar estilha de madeira (mais cedo na cadeia de valor), cerca de um milhão de toneladas por ano. No entanto, ainda não está claro se a empresa irá realmente exportar estilha ou madeira não processada (ainda mais cedo na cadeia de valor em causa).

O Relatório da Portucel de 2015 apresenta os riscos (sociais e ambientais) da implementação do Projecto que foram identificados pelo estudo de impacto ambiental, nomeadamente: (1) fragmentação, alteração e/ou perda de habitats; (2) perda de biodiversidade; (3) absorção de água pelas plantações; (4) aumento do risco de incêndios florestais; (5) conflitos no acesso à terra; (6) perda de áreas agrícolas; (7) risco de desnutrição; e (8) perda de serviços ecossistémicos para as comunidades. Mas, ainda assim, a empresa foi autorizada a adquirir 356.000 hectares de terra por 50 anos renováveis. Estima-se que cerca de 25.000 famílias residam na área da Portucel em ambas as províncias afectadas (Manica e Zambézia). Cerca de 3.500 famílias tiveram as suas terras transferidas para a Portucel. Até ao momento do trabalho de campo (2018/2019), 13.500 hectares de eucalipto foram plantados em ambas as províncias. De acordo com a empresa, eles empregaram 251 trabalhadores permanentes e pagaram 3,6 milhões de meticais em remunerações (equivalente a 2.000–3.000 trabalhadores sazonais) de 2013 a 2018.

A expropriação de terras, a exclusão rural, a perturbação dos ecossistemas e os resultados negativos no desenvolvimento (locais e nacionais) foram reconhecidos como as principais implicações das plantações de monoculturas de árvores (Ehrnström-Fuentes e Kröger 2018; Kröger 2014; Overbeek, Kröger e Gerber 2012; Wolford 2021; Xu 2019). Com o Estado como facilitador ou mesmo “promotor” de tais investimentos, esses projectos geralmente sobrepõem-se a projectos de mitigação e adaptação às mudanças climáticas, como REDD+ e CSA. Este é realmente o caso da Portucel Moçambique, pois este investimento é operacionalizado no âmbito da Estratégia Nacional de REDD+. Mesmo assim, verificaram-se as implicações negativas acima mencionadas (veja Bruna, 2017 para informações mais detalhadas). No geral, o agro-extractivismo, em particular, é mais consumidor de terra e envolve maiores níveis de exploração de trabalho em relação ao extractivismo mineiro. A intensificação do modelo de produção de monocultura também apresenta implicações ecológicas negativas, em termos de diminuído nível de disponibilidade de água e de fertilidade do solo.

Um estudo baseado em inquéritos (Bruna 2017) mostrou que houve uma diminuição significativa na quantidade de alimentos produzidos, quando se compara a produção antes e depois da transferência de terras para a Portucel Moçambique. Houve, em média, um decréscimo na produção total da amostra de cerca de 100 kg por cultura de milho, feijão e mandioca, o que indica um possível défice alimentar para os agregados familiares que tiveram as suas terras transferidas para a Portucel Moçambique. O estudo não estima a percentagem de perdas resultantes do impacto da variabilidade climática no horizonte temporal em estudo. Além disso, também houve mudanças na estrutura produtiva. Devido à diminuição da terra e da renda, as famílias produziram menos variedade de culturas alimentares do que antes, o que pode indicar uma menor variedade de alimentos disponíveis por família.

No caso do extractivismo agrário, maior atenção deve ser dada às relações de trabalho. Nem toda a mão de obra disponível resultante do processo de expropriação de terras foi empregada. Dois tipos principais de relações de trabalho podem ser identificados neste caso. O primeiro, foi uma grande demanda (instável) de trabalhadores sazonais para limpar, arar e semear vastas porções de terra. Estes eram pagos numa base diária e com salários diários considerados baixos. O segundo, era basicamente uma pequena proporção de trabalhadores permanentes em cargos de baixo escalão, como guardas e responsáveis de limpeza. Ambos os grupos afirmam ser mal pagos pelo trabalho e classificam o salário como um salário de ‘sobrevivência’:

... o valor [salário] é pequeno para o trabalho aqui. Trabalhamos das 7h às 14h30 para receber 170 Mt ... se, pelo menos, tivermos 200, será normal. Trabalho na empresa há sete anos e não tenho nada. É apenas o suficiente para sobreviver. (Trabalhador da Portucel, Distrito de Ile, 2018).

Também foram necessários trabalhadores sazonais na reabilitação das infra-estruturas de apoio às operações da Portucel, incluindo, por exemplo, estradas (mais de 1.000 km) e pontes ligando as plantações aos escritórios da empresa, entre outros locais relevantes para as actividades da empresa. Níveis elevados de exploração do trabalho e de expropriação da terra são geralmente verificados nesta variante do extractivismo. No entanto, a tendência da orientação da organização social e económica para acomodar esquemas extractivistas é igualmente verificada neste caso. As duas variações de extractivismo orientado para a eficiência mais proeminentes foram identificadas e exploradas nesta secção. Na próxima secção explorar-se-á a emergência de uma terceira variação do extractivismo: o extractivismo verde.

4.2. A crise ambiental global e a emergência do extractivismo verde

Mudanças climáticas, extractivismo e a fronteira verde da acumulação

Esta secção explora a dinâmica do extractivismo verde no contexto da mitigação às mudanças climáticas e da implementação de políticas de adaptação. A crise ambiental e as mudanças climáticas constituem a manifestação da segunda contradição do capitalismo referida por O'Connor (1998), evidenciando que estas podem constituir novas fontes de acumulação de capital, como afirmam Brockington e Duffy (2010), ou até prova de que o capitalismo é capaz de converter a sua própria crise em novas estratégias de acumulação (Arsel 2019). Soluções convencionais para as mudanças climáticas, baseadas em mudanças de técnicas e/ou tecnologias altamente associadas a objetivos económicos, ou baseadas em mecanismos de mercado e ferramentas financeiras, têm sido questionadas (Asefi-Najafabady, Villegas-Ortiz e Morgan 2020; Gills e Morgan 2020). No entanto, estas estão continuamente a ser implementadas e sustentadas por discursos ambientalistas e em nome da luta contra as mudanças climáticas.

A mercantilização da natureza não é novidade. O que constitui uma tendência nova é que, em nome das mudanças climáticas e da sua "solução", se estão a moldar e a transformar a economia global (economia *climate-smart* ou "inteligente ao clima") e as estratégias de acumulação. Isto chama a atenção para o facto de que a crise climática pode "oferecer" oportunidades para acumulação de capital através de relações de troca assimétricas e exploradoras legitimadas pelos discursos ambientalistas. Num mundo inteligente ao clima, as organizações internacionais promovem medidas climáticas urgentes direccionadas a países ricos em biodiversidade, geralmente, países em vias de desenvolvimento, com menor pegada ambiental, como é o caso de Moçambique. Estas medidas incluem principalmente projectos baseados na terra integrados para reduzir as emissões, visando o sequestro de carbono nesses países ricos em biodiversidade para superar os danos da industrialização das economias desenvolvidas ou emergentes.

Foi neste contexto que várias regiões rurais de Moçambique foram penetradas por investimentos e projectos "verdes", incluindo vários projectos de plantação de árvores, como a Portucel Moçambique (356.000 hectares), a Chikweti Forest (63.040 hectares) e Green Resources (133.000 hectares); esses projectos, que se são categorizados como "verdes", também incluem investimentos na produção de biocombustíveis (como o caso do ProCana: 30.000 hectares) e investimentos/projectos nas áreas de conservação (Parque Nacional do Limpopo com 1.123.316 hectares, Reserva Nacional do Gilé com 286.000 hectares, Reserva do Niassa com 4.200.000 hectares e Parque Nacional das Quirimbas com 750.000 hectares – a Reserva Nacional do Gilé é uma das únicas áreas de conservação sem população rural a viver no seu interior) (ANAC 2015).²

Estudos revelam como a conservação da vida selvagem, marinha e da biodiversidade pode ser categorizada como mercantilização da natureza e acumulação primitiva de capital, embora não apresente as dinâmicas usuais de expropriação de terra (Benjaminsen e Bryceson 2012; Bruna 2019; Kelly 2011). No entanto, todos eles sublinham as implicações da expropriação de recursos, como perda de direitos à terra, perda de acesso aos recursos florestais, insegurança alimentar e conflitos.

² Aproximadamente 25% do território nacional foi apontado como pertencendo a áreas de conservação, Reservas ou Parques Nacionais.

Como esses conjuntos de estratégias e novas formas de acumulação se desenrolam no terreno? Além dos casos explícitos de implantação de investimentos de turismo baseado na natureza em áreas de conservação ou investimentos em agronegócios visando a produção de biocombustíveis (ancorados no discurso ecologicamente correcto das fontes alternativas de energia), existe todo um novo espaço de possibilidades e estratégias de acumulação que surge à medida que o capitalismo coopta as políticas e soluções às mudanças climáticas.

O caso da CSA e REDD+, no âmbito da Portucel Moçambique e da Reserva Nacional do Gilé (discutidos na próxima secção), são políticas que se fundem de forma sinérgica com projectos/investimentos lucrativos na agricultura, energia, sector extractivo e outros. Por exemplo, o projecto de plantação de árvores operacionalizado pela empresa Portucel Moçambique faz parte da Estratégia Nacional de REDD+ e só lhes foi permitido adquirir 356.000 hectares de terra se a empresa implementasse um plano de desenvolvimento social que incluísse o fornecimento de insumos e assistência técnica seguindo directrizes de CSA nas machambas dos agregados familiares. Assim, há projectos agro-extractivistas com potencial de altas margens de lucro, que são justificados e legitimados por discursos verdes.

Por outro lado, os discursos em torno da necessidade de intensificar os investimentos chamados de “energias limpas” como forma de combater as mudanças climáticas são predominantes globalmente. A construção de barragens, projectos de energia eólica e projectos de energia solar, e, até mesmo, a priorização do gás natural sobre os combustíveis fósseis, também são projectos de grande escala e investimentos legitimados pelo combate às mudanças climáticas, mas que, na verdade, são grandes oportunidades de negócios lucrativos, com questionável eficácia ambiental. Estas dinâmicas constituem um vector de expansão da fronteira extractiva (Bruna 2021; Dunlap e Brock 2021; Voskoboynik e Andreucci 2021), constituindo, assim, a base do extractivismo verde.

No geral, observa-se uma reestruturação emergente da economia global inclinada para um “enverdecimento” da mesma (segundo o imperativo da redução de emissões), no que diz respeito aos processos de produção, embalagens, distribuição, mercados e consumo; constituindo, assim, uma nova fronteira de acumulação legitimada e sustentada por discursos ambientalistas. Portanto, países como Moçambique, geralmente os que menos poluíram historicamente e menos contribuíram para a crise ambiental, têm grande potencial de captação de carbono e, por isso, correm grandes riscos de serem expropriados dos seus direitos de emissão a favor de países e/ou indústrias poluidoras e com elevada pegada ambiental. Diferentemente do percurso histórico da corrida aos recursos, emerge uma nova era em que recursos intangíveis, como “créditos de carbono” ou “direitos de emissão”, tornam-se as próximas *commodities* a serem “mineradas” ou “extraídas”. É neste contexto que emerge o extractivismo verde.

Extractivismo verde na Reserva Nacional do Gilé e REDD+

Com o surgimento da fronteira verde da acumulação, a corrida aos recursos tornou-se mais “verde” do que nunca. De acordo com a Land Matrix, à semelhança de muitos outros países africanos, Moçambique apresenta um aumento na procura de terra para implantação de projectos e investimentos verdes como, por exemplo, de produção de biocombustível, plantações florestais, conservação (REDD+) e energias renováveis³. Uma análise mais aprofundada, e usando o quadro teórico do extractivismo, guia-nos ao entendimento de que num mundo onde as “emissões” se tornaram monetizadas, existem também recursos intangíveis sendo expropriados e transferidos.

³ https://landmatrix.org/charts/country_profiles

Foi no intuito de reduzir as emissões e capturar carbono que a Reserva Nacional do Gilé (RNG) foi reestabelecida. A GNR abrange uma área de 2.860 km² nos distritos de Pebane e Gilé na província da Zambézia. Com o surgimento de preocupações sobre a crise global ambiental e o despertar de interesses internacionais em constituir áreas de conservação, foram criados instrumentos institucionais e legais para gerir e proteger esta área de conservação. Em 2011, a zona tampão foi oficialmente designada; esta estende-se por 1.671 km², formando uma faixa que circunda completamente a reserva.

Esta reserva foi identificada como uma das primeiras áreas para a implementação do programa REDD+ em Moçambique, que visa promover a gestão florestal comunitária, agro-silvicultura, produção de carvão sustentável e reflorestamento para restaurar áreas degradadas (Banco Mundial, 2018). Académicos questionam sobre a eficácia e as implicações do REDD+ em diferentes países. De acordo com estes (Corbera 2012; Corbera, Hunsberger e Vaddhanaphuti 2017; Phelps, Webb e Agrawal 2010), a experiência do REDD+ revela implicações negativas como o aumento das desigualdades e exclusões sociais. Hunsberger *et al.* (2017) resumem os riscos da implementação de REDD+ em: (1) desconsideração das perspectivas das comunidades rurais que leva ao fracasso na identificação das verdadeiras causas do desmatamento; (2) perda de acesso a recursos florestais; (3) aprofundamento das desigualdades existentes, caso as elites capturem os benefícios de tais projectos; (4) redução da floresta a um único valor de mercado, atribuindo-lhe um preço; e, (5) existência de interesses não coincidentes, e até divergentes, entre os actores: instituições internacionais, nacionais e locais.

Mesmo assim, este projecto de REDD+ está em funcionamento há quase uma década e afecta cerca de 14 comunidades (cerca de 15.000 famílias) que vivem na zona tampão da reserva. Essas famílias são predominantemente pequenos agricultores, que praticam agricultura de subsistência, e dependem muito dos recursos florestais da reserva e suas fontes de água. A subsistência destas famílias apresenta, em média, a seguinte estrutura: 52% dos recursos florestais (lenha, caça, pesca e outros); 32% de agricultura; 9% de criação de animais domésticos (pombos, galinhas, porcos); e 7% de estratégias alternativas. Com a implementação do REDD+, a subsistência dos agregados familiares foi alterada.

A política de REDD+ indica que as famílias devem ser compensadas pela perda de recursos florestais e meios de subsistência "beneficiando" da implementação da CSA (tendo acesso a serviços de extensão e novas técnicas agrícolas e acesso a insumos). É importante referir que estes serviços e insumos não abrangeram todos os agregados familiares afectados pelo REDD+, pois apenas cerca de 8.000 indivíduos foram seleccionados pela Administração da Reserva. Estes receberam, de forma diferenciada, pacotes de insumos agrícolas, *kits* para a produção de mel, processamento de cogumelos, entre outras pequenas alternativas de subsistência. No entanto, este grupo, que beneficiou destes serviços e *inputs*, apresenta dificuldades de subsistência:

Estou sozinho com minha esposa [a trabalhar na machamba]. Eu não tenho a possibilidade de contratar alguém porque, quando você contrata alguém, você deve pagar. Só lá [Reserva] nós conseguíamos caril [carne/proteína]. Os homens iam lá e caçavam animais. Gazela, ratos e também pescavam. Porque tem rios que tem muito peixe lá dentro. Agora, não podemos. Agora temos que comprar o peixe. Antes, eu não comprava. Muitos de nós não comprávamos. Entrava lá pelo menos uma vez por semana. Quando o homem vai lá para caça, a mulher ficava na machamba. De lá pegávamos [o dinheiro] e usamos para roupas dos nossos filhos. (Chefe de agregado familiar, Pebane, Novembro de 2019).

No ano passado produzimos amendoim e nos disseram para produzir nas nossas machambas, mas não conseguimos encontrar compradores. O produto ficou lá. Estamos a comer uma parte, mas a outra parte está apenas a apodrecer. (Chefe de agregado familiar, Gilé, Novembro de 2019).

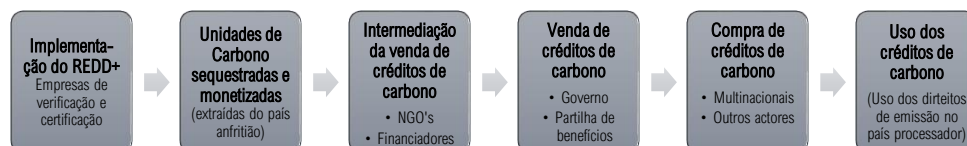
No geral, os dados empíricos indicam que a implementação da CSA não compensou pela perda dos recursos florestais e meios de subsistência. Em última análise, estas novas técnicas constituem, maioritariamente, uma estratégia para proteger a biodiversidade da reserva, pois o objectivo principal do REDD+ é o sequestro e a venda de créditos de carbono. O cenário torna-se ainda pior para aqueles que não receberam os tais benefícios (serviços e *inputs*) pois não obtiveram nenhum mecanismo de compensação pela perda de recursos. E esse grupo constitui a maioria dos agregados familiares afectados:

Não entramos mais na reserva, mas não vemos vantagem nisso. Porque eles não cumprem suas promessas. Alguns foram seleccionados e vêem os benefícios. Enquanto nós, que estamos fora, não temos nenhum benefício. Não recebemos nada em troca. (Chefe de agregado familiar, Gilé, Novembro de 2019).

Além de não receber benefício algum, a percepção de implicações adversas para a subsistência e a qualidade de vida é claramente mais intensificada neste grupo, em particular. O processo de expropriação de recursos florestais sustenta a criação de uma nova mercadoria/*commodity*: créditos de carbono. Ou seja, a expropriação dos direitos de emissão dos agregados familiares sustenta a criação dos chamados créditos de carbono que são, posteriormente, vendidos no mercado internacional⁴. Isto significa que os direitos de emissão são extraídos (através da restrição ao acesso de recursos florestais e ecológicos) e transferidos para actores externos poluentes.

A política também refere que uma percentagem (não definida) deve ser canalizada às comunidades; no entanto, após 10 anos de REDD+, nenhum desses benefícios financeiros os alcançou. A Reserva tem potencial para produzir cerca de 330.000 unidades de carbono verificadas (VCUs) dentro de cinco a seis anos (FFEM, 2017). O processo de extracção de licenças de carbono ('direitos de emissão') inclui diferentes etapas. A estrutura da cadeia de valor mostra como os diferentes actores podem lucrar em diferentes estágios da cadeia de valor, que é controlada por um grupo de *stakeholders* (veja a Figura 2). Assim como acontece com o extractivismo orientado para a eficiência, os fluxos e circuitos de mercadorias no caso do extractivismo verde também merecem atenção analítica. No contexto dos mercados de carbono, Bridge (2011: 824-825) reforça que são verificadas as mesmas questões de expropriação e usurpação de recursos verificadas em outros sectores.

Figure 2: Cadeia de valor do carbono – expropriação dos direitos de emissão



Fonte: Elaborado pela autora.

⁴ O preço de créditos de carbono no mercado internacional tem variado de 5 a 36 USD por tonelada nos últimos 5 anos (veja mais em)

A forma como esta *commodity* é criada, produzida, expropriada e vendida implica processos de retirar/restringir a faculdade da população local (e países) de exercer os seus direitos de emissão e de beneficiar dos bens ecológicos que a área de reserva e zona tampão oferecem. Ao analisar os efeitos da implementação de REDD+ nos meios de subsistência rural, ficou claro que houve um corte na subsistência dos agregados familiares. E, embora os serviços e *inputs* guiados por princípios de CSA tenham sido usados para compensar a perda de recursos florestais, na verdade, obrigou os agregados familiares a mudar as suas formas tradicionais de agricultura e a adoptar novas técnicas que são, segundo os actores implementadores, mais baixas em emissões (mas mais intensivas em trabalho). Assim, além de serem expropriados dos recursos florestais para o sequestro de carbono, os agregados familiares estão sendo expropriados dos seus direitos de emissão nas suas próprias práticas de agricultura de subsistência.

Deste modo, o extractivismo verde implica a expropriação, extracção e transferência de direitos de emissão de carbono, onde os expropriados são privados de recursos determinantes para a sua subsistência e reprodução social, bem como do seu direito de emitir. O extractivismo verde, no caso de áreas de conservação, distintamente de outros casos e variações do extractivismo, não envolve necessariamente implicações ambientais negativas (directas) localizadas (poluição, perda de biodiversidade, etc.). No entanto, captura a capacidade ou a faculdade e possibilidade de os agregados familiares usarem e beneficiarem legitimamente de activos/recursos ecológicos (incluindo biodiversidade, recursos florestais, direitos de emissão, etc.).

Esta variação de extractivismo pode implicar, indirectamente, a degradação do meio ambiente noutras regiões no mundo, pois abrem-se possibilidades de os compradores de tais créditos de carbono poluírem. Portanto, além de fornecer matérias-primas ou energia, a extracção e transferência de direitos de emissão é outra forma pela qual o extractivismo se manifesta e os núcleos extractivos (como Moçambique) são colocados na posição de alimentar a industrialização noutros lugares. Este caso mostra como as políticas globais para solucionar a crise ambiental estão, na verdade, criando adversidades locais, alimentando a industrialização e a acumulação externas.

Mas o REDD+ não é o único caso pelo qual o extractivismo verde se pode manifestar. Por exemplo, o caso da Portucel Moçambique também se pode enquadrar no quadro do extractivismo verde uma vez que as suas estratégias de acumulação vão além da expropriação da terra, e incluem a prática de CSA como mecanismo de compensação (retira os direitos de emissão dos agregados familiares), e integra-se como parte das políticas de mitigação às alterações climáticas do país. Mais uma vez, os direitos de emissão estão sendo retirados dos agregados familiares à medida que adoptam essas novas técnicas promovidas pela empresa. À semelhança do caso Gilé, a expropriação de recursos pela Portucel está a ser facilitada e legitimada por discursos ambientalistas e sustentada pelas políticas de mitigação e adaptação às mudanças climáticas. Mas diferente do extractivismo verde que acontece no Gilé, o caso da Portucel implica consequências locais adversas directas sobre o meio ambiente, incluindo a destruição da biodiversidade e dos ecossistemas. Muitas outras políticas, financiamentos e investimentos que promovem a produção de biocombustíveis, projectos de energia renovável (baseados em energia hídrica, solar e eólica) legitimados por narrativas de mudanças climáticas e discursos verdes podem envolver a expropriação de direitos de emissão e, portanto, podem constituir outros mecanismos pelos quais o extractivismo verde se manifesta em intersecção com o extractivismo agrário.

5. CONCLUSÃO

Analisando a experiência de Moçambique, compreende-se que, ao especializar-se no fornecimento de energia e matérias-primas, o país alimenta a industrialização externa, ao mesmo tempo que debilita a sua capacidade interna de industrialização. Conseqüentemente, o país intensifica a sua dependência de importações para atender às necessidades do mercado interno de alimentos, combustíveis e bens de capital. O resultado de mais de três décadas de intensificação de IDE impulsionado pela eficiência económica, que levou à intensificação de uma organização económica e social que acomoda um modelo de desenvolvimento extractivista, tem implicações negativas para o bem-estar da população.

O desenvolvimento do capitalismo nos centros industriais e produtivos, realizado por meio de relações históricas económicas, sociais e ecológicas assimétricas e exploradoras, implicou custos para as populações locais e sociedades nas periferias. Ademais, as regiões extractivas ficam com um *framing* económico, social e ecológico que debilita e inibe a reprodução social e o progresso, local, regional e nacional. Moçambique apresenta um *framing* e organização económica e social que foram efectivamente moldados para acomodar um esquema de extracção-escoamento-e-exportação de mercadorias para mercados externos, incluindo o ordenamento de infra-estruturas e a estrutura económica do país.

Ao explorar as variações do extractivismo relacionadas com e além das políticas verdes, o artigo apresenta uma variação emergente do extractivismo, que vai além dos conceitos/entendimentos históricos e tradicionais sobre a temática. Com o surgimento da nova fronteira da acumulação ("verde") a corrida pelos recursos tem-se transformado, mas não na sua essência; a expropriação e exploração ainda são condições necessárias. O extractivismo verde intensificará o carácter extractivista do modelo de desenvolvimento de Moçambique. Com a criação e extracção de uma nova *commodity* – direitos de emissão de carbono– o extractivismo verde também envolve processos que alimentam o mercado internacional, respondem a interesses internacionais de solucionar a crise climática, mas deixa ficar nos países hospedeiros uma série de implicações socioeconómicas negativas e adversas à subsistência rural, mas também ao modelo de desenvolvimento do país como um todo.

O conceito de extractivismo verde sublinha as assimetrias das relações de troca económicas e ecológicas entre regiões e actores. Constitui, assim, uma importante ferramenta para analisar as dinâmicas actuais globais, onde o controlo de emissões tornou-se no factor-chave em todos os sectores da sociedade e do sistema capitalista como um todo. A expropriação e transferência dos direitos de emissão será a base da corrida aos recursos, actual e futura, à medida que um mundo inteligente ao clima é instalado. Um mundo inteligente ao clima que, entre outras, inclui, mas não se limita a, alguns exemplos empíricos explorados neste texto, como: (1) promoção ou imposição de transformações nos sistemas de produção tradicionais para práticas guiadas por princípios de CSA que, pela experiência em Moçambique, mostram ser uma prática mais intensiva em trabalho, a fim de reduzir as emissões dos pequenos agricultores e do sector agrícola; (2) expropriação e transferência de direitos de emissão através de restrição do acesso aos recursos florestais em zonas de alto potencial de biodiversidade com o objectivo de maximizar o sequestro de carbono no contexto de políticas climáticas inteligentes baseadas na conservação; (3) a implementação de investimentos 'verdes' (produção de biocombustíveis ou plantações de árvores) e o uso de projectos inteligentes ao clima para compensar a perda de meios de subsistência e, ao mesmo tempo, transformar as práticas de subsistência rural para as que se consideram 'mais ecológicas', mas, em última análise, visando a redução de emissões e captação de carbono. Todas estas

tendências implicam a extracção e transferência de direitos de emissão da população rural para regiões industrializadas.

Um factor importante, que deve ser destacado, é o facto de que o peso da resolução da crise climática pode estar recaindo sobre actores que não contribuíram significativamente para o actual cenário da crise ambiental – ou seja, a população local e o país onde tais políticas são implementadas, são, de forma geral, os actores com menor pegada ambiental, enquanto os que usam os créditos de carbono são os com maior pegada ambiental histórica. Os primeiros, estão sendo responsabilizados e têm de acomodar as demandas e processos produtivos dos segundos, os países industrializados, uma injustiça social. Este texto chama a atenção para a necessidade de se repensar nas propostas de solução da crise climática tendo em conta noções sobre justiça climática e incorporá-las no processo de concepção e implementação de políticas de mitigação e adaptação às mudanças climáticas. Reforça também a ideia de que é crucial a participação da população directamente afectada por estas políticas.

6. REFERÊNCIAS

- ACOSTA, A. (2013). Extractivism and neo extractivism: Two sides of the same curse. In M. Lang & D. Mokrani (Eds.), *Beyond development: Alternative visions from Latin America* (pp. 61–86). Transnational Institute.
- AFDB. (2002). *Natural Gas Project: Environmental and Social Impact Assessment*. July.
- ALONSO-Fradejas, A. (2015). Anything but a story foretold: multiple politics of resistance to the agrarian extractivist project in Guatemala. *Journal of Peasant Studies*, 42(3–4), 489–515. <https://doi.org/10.1080/03066150.2015.1013468>
- ALONSO-Fradejas, A. (2021). 'Leaving no one unscathed' in sustainability transitions: The life purging agro-extractivism of corporate renewables. *Journal of Rural Studies*, 81, 127–138. <https://doi.org/10.1016/j.jrurstud.2020.10.001>
- AMIN, S. (1977). *Imperialism and unequal development*. Monthly Review Press.
- Amin, S. (2012). Contemporary Imperialism and the Agrarian Question. *Agrarian South: Journal of Political Economy*, 1(1), 11–26.
- ANAC (2015). Plano estratégico da Administração Nacional das Áreas de Conservação 2015–2024 (Vol. 151). <http://www.anac.gov.mz/wp-content/uploads/2017/07/Plano-Estrategico-da-ANAC-2015-2024-1.pdf>.
- ANDRADE, D. (2022). Neoliberal extractivism: Brazil in the twenty-first century, *The Journal of Peasant Studies*, DOI: 10.1080/03066150.2022.2030314
- ARSEL, M. (2012). Between “Marx and markets”? The state, the “left turn” and nature in Ecuador. *Tijdschrift Voor Economische En Sociale Geografie*, 103(2), 150–163. <https://doi.org/10.1111/j.1467-9663.2012.00709.x>
- ARSEL, M. (2019). *Climate change and class conflict in the Anthropocene*. International Institute of Social Studies.
- ARSEL, M., & Büscher, B. (2012). Nature™ Inc: Changes and Continuities in Neoliberal Conservation and Market-based Environmental Policy. *Development and Change*, 43(1), 53–78. <https://doi.org/10.1111/j.1467-7660.2012.01752.x>
- ARSEL, M., Hogenboom, B., & Pellegrini, L. (2016). The extractive imperative in Latin America. *Extractive Industries and Society*, 3(4), 880–887. <https://doi.org/10.1016/j.exis.2016.10.014>
- ASEFI-NAJAFABADY, S., Villegas-Ortiz, L., & Morgan, J. (2020). The failure of Integrated Assessment Models as a response to ‘climate emergency’ and ecological breakdown: the Emperor has no clothes. *Globalizations*, 0(0), 1–11. <https://doi.org/10.1080/14747731.2020.1853958>
- AUTY, R. M. (1995). Industrial policy, sectoral maturation, and postwar economic growth in Brazil: the resource curse thesis. *Economic Geography*, 71(3), 257–272. <https://doi.org/10.2307/144311>
- BADEEB, R. A., Lean, H. H., & Clark, J. (2017). The evolution of the natural resource curse thesis: A critical literature survey. *Resources Policy*, 57(October 2016), 123–134. <https://doi.org/10.1016/j.resourpol.2016.10.015>
- BANCO DE MOÇAMBIQUE. (2019). *RELATÓRIO ANUAL 2018*.

- BEBBINGTON, A. (2015). *Political Ecologies of Resource Extraction : Agendas Pendientes* Author (s): Anthony Bebbington Source : *European Review of Latin American and Caribbean Studies / Revista Europea de Estudios Latinoamericanos y del Caribe* , December 2015 , No . 100 , 50th. 100.
- BENJAMINSEN, T. A., & Bryceson, I. (2012). Conservation, green/blue grabbing and accumulation by dispossession in Tanzania. *Journal of Peasant Studies*, 39(2), 335–355. <https://doi.org/10.1080/03066150.2012.667405>
- BERNSTEIN, H. (2010). Introduction: Some questions concerning the productive forces. *Journal of Agrarian Change*, 10(3), 300–314. <https://doi.org/10.1111/j.1471-0366.2010.00272.x>
- BOEIJE, H. (2002). A purposeful approach to the constant comparative method in the analysis of qualitative interviews. *Quality and Quantity*, 36(4), 391–409. <https://doi.org/10.1023/A:1020909529486>
- BORRAS, S. M., & Franco, J. C. (2013). Global Land Grabbing and Political Reactions “From Below.” *Third World Quarterly*, 34(9), 1723–1747. <https://doi.org/10.1080/01436597.2013.843845>
- BORRAS, Scoones, Bavisar, Edelman, Peluso and Wolford (2021). Climate change and agrarian struggles: an invitation to contribute to a JPS Forum, *The Journal of Peasant Studies*, DOI: 10.1080/03066150.2021.1956473
- BRIDGE, G. (2011). Resource geographies 1: Making carbon economies, old and new. *Progress in Human Geography*, 35(6), 820–834. <https://doi.org/10.1177/0309132510385524>
- BROCKINGTON, D., & Duffy, R. (2010). Capitalism and conservation: The production and reproduction of biodiversity conservation. *Antipode*, 42(3), 469–484. <https://doi.org/10.1111/j.1467-8330.2010.00760.x>
- BRUNA, N. (2017). *Plantações Florestais e a Instrumentalização do Estado em Moçambique* (Observador Rural N.º31; Observador Rural N.º31).
- BRUNA, N. (2019). *From a Threat to an Opportunity: Climate Change as the New Frontier of Accumulation*.
- BRUNA, N. (2021). Extractivism, Rural Livelihoods and Accumulation in a “Climate-Smart” World: The rise of green extractivism. PhD Dissertation. Erasmus University Rotterdam, International Institute of Social Studies. October, 2021.
- BRYCESON, D. (2002). The scramble in Africa: Reorienting rural livelihoods. *World Development*, 30(5), 725–739. [https://doi.org/10.1016/S0305-750X\(02\)00006-2](https://doi.org/10.1016/S0305-750X(02)00006-2)
- BUNKER, S. G. . (1984). *Modes of Extraction , Unequal Exchange , and the Progressive Underdevelopment of an Extreme Periphery: The Brazilian Amazon , 1600-1980*. 89(5), 1017–1064.
- CASTEL-BRANCO, C. (2014). Growth, capital accumulation and economic porosity in Mozambique: social losses, private gains. *Review of African Political Economy*, 41, S26–S48. <https://doi.org/10.1080/03056244.2014.976363>
- CIP. (2013). *PANDE TEMANE GAS EXPORTS TO SOUTH AFRICA: First major extractive sector projects fails Mozambique*. 17.
- CORBERA, E. (2012). Problematizing REDD+ as an experiment in payments for ecosystem services. *Current Opinion in Environmental Sustainability*, 4, 612–619.

- CORBERA, E., Hunsberger, C., & Vaddhanaphuti, C. (2017). Climate change policies, land grabbing and conflict: perspectives from Southeast Asia. *Canadian Journal of Development Studies*, 38(3), 297–304. <https://doi.org/10.1080/02255189.2017.1343413>
- DI JOHN, J. (2011). Is there really a resource curse? a critical survey of theory and evidence. *Global Governance*, 17(2), 167–184. <https://doi.org/10.1163/19426720-01702005>
- DUNLAP, A., & Brock, A. (2021). *When the wolf guards the sheep: confronting the industrial machine through green extractivism in Germany and Mexico*. www.sussex.ac.uk/cgpe
- EHRNSTRÖM-FUENTES, M., & Kröger, M. (2018). Birthing extractivism: The role of the state in forestry politics and development in Uruguay. *Journal of Rural Studies*, 57, 197–208. <https://doi.org/10.1016/j.jrurstud.2017.12.022>
- FAIRHEAD, J., Leach, M., & Scoones, I. (2012). Green Grabbing: A new appropriation of nature? *Journal of Peasant Studies*, 39(2), 237–261. <https://doi.org/10.1080/03066150.2012.671770>
- FAO. (2013). *CLIMATE-SMART AGRICULTURE Sourcebook* (Vol. 3, Issue 2). <https://doi.org/10.3224/eris.v3i2.14>
- FFEM. (2017). *Reducing deforestation and degradation in the Miombo forests of the National Reserve of Gilé and its periphery" pilot project*.
- FRANCO, J. C., & Borras, S. M. (2019). Grey areas in green grabbing: subtle and indirect interconnections between climate change politics and land grabs and their implications for research. *Land Use Policy*, 84(February), 192–199. <https://doi.org/10.1016/j.landusepol.2019.03.013>
- FRANK, A. G. (1970). *Latin America and underdevelopment*. NYU Press.
- FURTADO, C. (1964). *Development and underdevelopment*. Univ of California Press.
- GILLS, B., & Morgan, J. (2020). Economics and climate emergency. *Globalizations*, 00(0), 1–16. <https://doi.org/10.1080/14747731.2020.1841527>
- GUDYNAS, E. (2010). The New Extractivism of the 21st Century: Ten Urgent Theses about Extractivism in Relation to Current South American Progressivism. *Americas Program Report*, 1–14.
- GUDYNAS, E. (2021). *Extractivisms: Politics, Economy and Ecology*. Fernwood Publishing.
- HALL, R., Edelman, M., Borras, S. M., Scoones, I., White, B., & Wolford, W. (2015). Resistance, acquiescence or incorporation? An introduction to land grabbing and political reactions 'from below.' *Journal of Peasant Studies*, 42(3–4), 467–488. <https://doi.org/10.1080/03066150.2015.1036746>
- HUNSBERGER, C., Corbera, E., Borras, S. M., Franco, J. C., Woods, K., Work, C., de la Rosa, R., Eang, V., Herre, R., Kham, S. S., Park, C., Sokheng, S., Spoor, M., Thein, S., Aung, K. T., Thuon, R., & Vaddhanaphuti, C. (2017). Climate change mitigation, land grabbing and conflict: towards a landscape-based and collaborative action research agenda. *Canadian Journal of Development Studies*, 38(3), 305–324. <https://doi.org/10.1080/02255189.2016.1250617>
- IPCC. (2019). Climate change and land grabbing. In *Climate Change and Land*. <https://doi.org/10.4337/9781784710644.00020>
- KELLY, A. B. (2011). Conservation practice as primitive accumulation. *Journal of Peasant Studies*, 38(4), 683–701. <https://doi.org/10.1080/03066150.2011.607695>

- KRÖGER, M. (2014). The political economy of global tree plantation expansion: a review. *Journal of Peasant Studies*, 41(2), 235–261. <https://doi.org/10.1080/03066150.2014.890596>
- MCKAY, B. M. (2017). Agrarian Extractivism in Bolivia. *World Development*, 97, 199–211. <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2017.04.007>
- MITADER. (2016). *Plano de Investimento Florestal (FIP) para Moçambique*.
- MONDLIWA, P., & Roberts, S. (2018). Economic Benefits of Mozambican Gas for Sasol and South African Government. *SSRN Electronic Journal*, 1–24. <https://doi.org/10.2139/ssrn.3103605>
- MOORE, J. W. (2017). The Capitalocene, Part I: on the nature and origins of our ecological crisis. *Journal of Peasant Studies*, 44(3), 594–630. <https://doi.org/10.1080/03066150.2016.1235036>
- MOSCA, J. (2005). *Economia de Moçambique: Século XX*. Instituto Piaget.
- MOSCA, J., Abbas, M., & Bruna, N. (2013). *Economia de Moçambique 2001-2010: Um Mix de Populismo Económico e Mercado Selvagem*. Escolar Editora.
- MOYO, S., Yeros, P., & Jha, P. (2012). Imperialism and Primitive Accumulation: Notes on the New Scramble for Africa. *Agrarian South: Journal of Political Economy*, 1(2), 181–203. <https://doi.org/10.1177/227797601200100203>
- NORTH, L. L., & Grinspun, R. (2016). Neo-extractivism and the new Latin American developmentalism: the missing piece of rural transformation. *Third World Quarterly*, 37(8), 1483–1504. <https://doi.org/10.1080/01436597.2016.1159508>
- NYGREN, A., M. Kröger, and B. Gill. 2022. "Global Extractivisms and Transformative Alternatives." *Journal of Peasant Studies* 49 (4).
- O'CONNOR, J. (1998). *Natural Causes: Essays in Ecological Marxism*. The Guildford Press.
- OVERBEEK, W., Kröger, M., & Gerber, J.-F. (2012). *An overview of industrial tree plantations in the global South Conflicts, trends and resistance struggles*. www.ejolt.org
- PDA. (2001). *Sasol Natural Gas Project Mozambique To South Africa: Environmental Impact Study*. August.
- PETRAS, J., & Veltmeyer, H. (2014). Extractive Imperialism in the Americas. In *Extractive Imperialism in the Americas*. <https://doi.org/10.1163/9789004268869>
- PHELPS, J., Webb, E. L., & Agrawal, A. (2010). Does REDD+ Threaten to Recentralize Forest Governance? *Science*, 328, 312–313.
- RICARDO, D. (1919). *On the Principles of Political Economy*.
- SHIVJI, I. G. (2019). Sam Moyo and Samir Amin on the Peasant Question. *Agrarian South: Journal of Political Economy*, 8(1–2), 287–302. <https://doi.org/10.1177/2277976019845737>
- SMITH, A. (1976). *An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations*. Oxford University Press.
- THE WORLD BANK. (2010a). *Economics of Adaptation to Climate Change*.
- THE WORLD BANK. (2010b). *World Development Report 2010: Development and climate change*. <https://doi.org/10.3334/CDIAC/cli.002>

- THE WORLD BANK. (2011). *Climate-smart agriculture: A Call to Action*. <https://doi.org/10.4324/9781315621579-4>
- UNDP. (2019). *Human Development Report 2019 Inequalities in Human Development in the 21 st Century*.
- VELTMEYER, H. (2013). The political economy of natural resource extraction: A new model or extractive imperialism? *Canadian Journal of Development Studies*, 34(1), 79–95. <https://doi.org/10.1080/02255189.2013.764850>
- VOSKOBOYNIK, D. M., and D. Andreucci. 2021. "Greening Extractivism: Environmental Discourses and Resource Governance in the 'Lithium Triangle'." *Environment and Planning E: Nature and Space*, 251484862110063. doi:10.1177/25148486211006345.
- WHITE, B., Borras, S. M., Hall, R., Scoones, I., & Wolford, W. (2012). The new enclosures: Critical perspectives on corporate land deals. *Journal of Peasant Studies*, 39(3–4), 619–647. <https://doi.org/10.1080/03066150.2012.691879>
- WOLFORD, W. (2021). The colonial roots of agricultural modernization in Mozambique: the role of research from Portugal to ProSavana. *Journal of Peasant Studies*, 48(2), 254–273. <https://doi.org/10.1080/03066150.2019.1680541>
- XU, Y. (2019). Rethinking the politics of land-use change: Insights from the rise of the industrial tree plantation sector in Southern China. *Land Use Policy*, 87(June), 104025. <https://doi.org/10.1016/j.landusepol.2019.104025>
- YE, J., van der Ploeg, J. D., Schneider, S., & Shanin, T. (2020). The incursions of extractivism: moving from dispersed places to global capitalism. *Journal of Peasant Studies*, 47(1), 155–183. <https://doi.org/10.1080/03066150.2018.1559834>
- ZOOMERS, A. (2010). Globalisation and the foreignisation of space: Seven processes driving the current global land grab. *Journal of Peasant Studies*, 37(2), 429–447. <https://doi.org/10.1080/03066151003595325>

LISTA DOS TÍTULOS PUBLICADOS PELO OMR DA SÉRIE OBSERVADOR RURAL			
Nº	Título	Autor(es)	Ano
127	Caracterização das condições socioeconómicas dos deslocados internos no Norte de Moçambique ao longo do ano de 2021	João Feijó, Jerry Maquenzi, Daniela Salite e Joshua Kirshner	Agosto de 2022
126	Dinâmicas de inovação tecnológica dos pequenos produtores agrícolas em Moçambique - o caso da produção de soja no Guruê, Alta Zambézia	Rui Rosário, Yara Nova e Naldo Horta	Julho de 2022
125	Terra da abundância, terra da miséria. Usurpação sinérgica de recursos em Massingir	Natacha Bruna	Junho de 2022
124	Dinâmicas na produção agrícola no vale do Limpopo: o caso do arroz	Nelson Capaina	Maior de 2022
123	Efeitos das mudanças climáticas nos sistemas de produção em Moçambique: Implicações para a segurança alimentar	Máriam Abbas	Abril de 2022
122	Evolução dos Preços dos Bens Alimentares (2021)	Yara Nova e Jonas Mbiza	Março de 2022
121	Ingredientes para uma revolta de jovens - Pobreza, sociedade de consumo e expectativas frustradas	João Feijó, Jerry Maquenzi e Aleia Rachide Agy	Fevereiro de 2022
120	Caminhos para a segurança alimentar em moçambique: Uma abordagem de sistemas de produção	Máriam Abbas	Janeiro de 2022
119	A configuração da estrutura económica de Manica e Sofala e processos de resistência à colonização	Janete Cravino	Julho de 2021
118	Caracterização socioeconómica da zona centro de Moçambique. Enfoque no corredor da Beira	João Mosca	Julho de 2021
117	Cobertura Florestal em Moçambique	Mélica Chandamela	Julho de 2021
116	Processos administrativos e práticas na titulação da terra em Moçambique: O caso dos municípios de Maputo e Matola	Nelson Capaina	Junho de 2021
115	Mudanças nos padrões tradicionais de exploração da terra e do trabalho: O caso da açucareira de Xinavane	Joana Manuel Matusse Joaquim, João Mosca, Ana Sampaio	Junho de 2021
114	O papel das mulheres no conflito em Cabo delgado: entendendo ciclos viciosos da violência	João Feijó	Maior de 2021
113	Pobreza e desigualdades em Moçambique: um estudo de caso em seis distritos	Jerry Maquenzi	Maior de 2021
112	Os determinantes do desmatamento em moçambique: uma abordagem econométrica para o período de 2000-2016	Ibraimo Hassane Mussagy, João Mosca, Mélica Chandamela e Natasha Ribeiro	Maior de 2021
111	Des(continuidades) políticas e económicas de longa duração do sector familiar (camponeses) em moçambique	João Mosca	Abril de 2021
110	Política Monetária do Banco de Moçambique: Qual É O Gato Escondido?	João Mosca	Abril de 2021
109	Caracterização e organização social dos machababos a Partir de discursos de Mulheres raptadas	João Feijó	Abril de 2021
108	Moçambique e a Importação do Carapau: Um desafio sem Alternativas (!)	Nelson Capaina	Março de 2021
107	Por Uma política Monetária Ajustada à Economia Real em Contexto de Crise: Humanidade e Sabedoria	Fáusio Mussá, Roberto Tibana, Inocência Mussipe Coordenador: João Mosca	Março de 2021
106	Comércio Externo e crescimento económico em Moçambique	João Mosca, Yasser Arafat Dadá e Yulla Marques	Março de 2021
105	Macroeconomia das pescas em Moçambique	Nelson Capaina	Fevereiro de 2021
104	Influência de factores institucionais no desempenho do sector agrário em Moçambique	João Carrilho e Rui Ribeiro	Fevereiro de 2021
103	Evolução de preços e bens alimentares em 2020	Yulla Marques e Jonas Mbiza	Fevereiro de 2021
102	Contributo para o planeamento e Desenvolvimento de Cabo Delgado	João Mosca e Jerry Maquenzi	Fevereiro de 2021
101	Desenvolvimento socioeconómico de Cabo Delgado num contexto de conflito	João Feijó, António Souto e Jerry Maquenzi	Fevereiro de 2021
100	Caracterização do sector das pescas em Moçambique	Nelson Capaina	Janeiro de 2021
99	Dificuldades de Realização de Pesquisa em Moçambique	João Feijó	Setembro de 2020
98	Análise de conjuntura económica 2º trimestre de 2020	João Mosca	Setembro de 2020
97	Género e desenvolvimento: Factores para o empoderamento da mulher rural	Aleia Rachide Agy	Agosto de 2020
96	Micro-simulações dos impactos da COVID-19 na pobreza e desigualdade em Moçambique	Ibraimo Hassane Mussagy e João Mosca	Julho de 2020
95	Contributo para um debate necessário da política fiscal em Moçambique	João Mosca e Rabia Aiuba	Junho de 2020
94	Economia de Moçambique: Análise de conjuntura pré COVID-19	João Mosca e Rabia Aiuba	Junho de 2020
93	Assimetrias no acesso ao Estado: Um terreno fértil de penetração do jihadismo islâmico	João Feijó	Junho de 2020
92	Implementação das medidas de prevenção do COVID-19: Uma avaliação intercalar nas cidades de Maputo, Beira e Nampula	João Feijó e Ibraimo Hassane Mussagy	Junho de 2020
91	Secundarização da agricultura e persistência da pobreza rural: Reprodução de cidadanias desiguais	João Feijó	Maior de 2020
90	Transição florestal: Estudo socioeconómico do desmatamento em Nhamatanda	Mélica Chandamela	Abril de 2020
89	Produção bovina em Moçambique: Desafios e perspectivas – O caso da província de Maputo	Nelson Capaina	Março de 2020
88	Avaliação dos impactos dos investimentos nas plantações florestais da Portucel-Moçambique na província da Zambézia	Almeida Siteo e Sá Nogueira Lisboa	Março de 2020
87	Terra e crises climáticas: percepções de populações deslocadas pelo ciclone IDAI no distrito de Nhamatanda	Uacitissa Mandamule	Fevereiro de 2020

LISTA DOS TÍTULOS PUBLICADOS PELO OMR DA SÉRIE OBSERVADOR RURAL			
Nº	Título	Autor(es)	Ano
86	<i>"senhor, passar para onde?"</i> Estrutura fundiária e mapeamento de conflitos de terra no distrito de Nhamatanda	Uacitissa Mandamule	Fevereiro de 2020
85	Evolução dos preços dos bens essenciais de consumo em 2019	Rabia Aiuba e Jonas Mbiza	Fevereiro de 2020
84	Repensar a segurança alimentar e nutricional: Alterações no sistema agro-alimentar e o direito à alimentação em Moçambique	Refiloe Joala, Máriam Abbas, Lázaro dos Santos, Natacha Bruna, Carlos Serra ,e Natacha Ribeiro	Janeiro de 2020
83	Pobreza no meio rural: Situação de famílias monoparentais chefiadas por mulheres	Aleia Rachide Agy	Janeiro de 2020
82	Ascensão e queda do PROSAVANA: Da cooperação triangular à cooperação bilateral contra-resistência / The rise and fall of PROSAVANA: From triangular cooperation to bilateral cooperation in counter-resistance	Sayaka Funada-Classen	Dezembro de 2019
81	Investimento público na agricultura: O caso dos centros de prestação de serviços agrários; complexo de silos da bolsa de mercadorias de Moçambique e dos regadios	Yasser Arafat Dadá, Yara Nova e Cerina Mussá	Novembro de 2019
80	Agricultura: Assim, não é possível reduzir a pobreza em Moçambique	João Mosca e Yara Nova	Outubro de 2019
79	Corredores de desenvolvimento: Reestruturação produtiva ou continuidade histórica. O caso do corredor da Beira, Moçambique	Rabia Aiuba	Setembro de 2019
78	Condições socioeconómicas das mulheres associadas na província de Nampula: Estudos de caso nos distritos de Malema, Ribaué e Monapo	Aleia Rachide Agy	Agosto de 2019
77	Pobreza e desigualdades em zonas de penetração de grandes projectos: Estudo de caso em Namanhumbir - Cabo Delgado	Jerry Maquenzi	Agosto de 2019
76	Pobreza, desigualdades e conflitos no norte de Cabo Delgado	Jerry Maquenzi e João Feijó	Julho de 2019
75	A maldição dos recursos naturais: Mineração artesanal e conflitualidade em Namanhumbir	Jerry Maquenzi e João Feijó	Junho de 2019
74	Agricultura em números: Análise do orçamento do estado, investimento, crédito e balança comercial	Yara Nova, Yasser Arafat Dadá e Cerina Mussá	Maior de 2019
73	Titulação e subaproveitamento da terra em Moçambique: Algumas causas e implicações	Nelson Capaina	Abril de 2019
72	Os mercados de terras rurais no corredor da Beira: tipos, dinâmicas e conflitos.	Uacitissa Mandamule e Tomás Manhicane	Março de 2019
71	Evolução dos preços dos bens alimentares 2018	Yara Nova	Fevereiro de 2019
70	A economia política do Corredor da Beira: Consolidação de um enclave ao serviço do Hinterland	Thomas Selemane	Janeiro de 2019
69	Indicadores de Moçambique, da África subsaariana e do mundo	Rabia Aiuba e Yara Nova	Dezembro de 2018
68	Médios produtores comerciais no corredor da beira: dimensão do fenómeno e caracterização	João Feijó Yasser Arafat Dadá	Novembro de 2018
67	Polos de crescimento e os efeitos sobre a pequena produção: O caso de Nacala-porto	Yasser Arafat Dadá e Yara Nova	Outubro de 2018
66	Os Sistemas Agro-Alimentares no Mundo e em Moçambique	Rabia Aiuba	Setembro de 2018
65	Agro-negócio e campesinato. Continuidade e descontinuidade de Longa Duração. O Caso de Moçambique.	João Mosca	Agosto de 2018
64	Determinantes da Indústria Têxtil e de vestuário em Moçambique (1960-2014)	Cerina Mussá e Yasser Dadá	Julho de 2018
63	Participação das mulheres em projectos de investimento agrário no Distrito de Monapo	Aleia Rachide Agy	Junho de 2018
62	Chokwé: efeitos locais de políticas Instáveis, erráticas e contraditórias	Máriam Abbas	Maior de 2018
61	Pobreza, diferenciação social e (des) alianças políticas no meio rural	João Feijó	Abril de 2018
60	Evolução dos Preços de Bens alimentares e Serviços 2017	Yara Nova	Março de 2018
59	Estruturas de Mercado e sua influência na formação dos preços dos produtos agrícolas ao longo das suas cadeias de valor	Yara Pedro Nova	Fevereiro de 2018
58	Avaliação dos impactos dos investimentos das plantações florestais da Portucel-Moçambique nas tecnologias agrícolas das populações locais nos distritos de Ile e Namarrói, Província da Zambézia	Almeida Siteo e Sá Nogueira Lisboa	Novembro de 2017
57	Desenvolvimento Rural em Moçambique: Discursos e Realidades – Um estudo de caso do distrito de Pebane, Província da Zambézia	Nelson Capaina	Outubro de 2017
56	A Economia política do corredor de Nacala: Consolidação do padrão de economia extrovertida em Moçambique	Thomas Selemane	Setembro de 2017
55	Segurança Alimentar Auto-suficiência alimentar: Mito ou verdade?	Máriam Abbas	Agosto de 2017
54	A inflação e a produção agrícola em Moçambique	Soraya Fenita e Máriam Abbas	Julho de 2017
53	Plantações florestais e a instrumentalização do estado em Moçambique	Natacha Bruna	Junho de 2017
52	Sofala: Desenvolvimento e Desigualdades Territoriais	Yara Pedro Nova	Junho de 2017
51	Estratégia de produção camponesa em Moçambique: estudo de caso no sul do Save - Chókwe, Guijá e KaMavota	Yasser Arafat Dadá	Maior de 2017
50	Género e relações de poder na região sul de Moçambique – uma análise sobre a localidade de Mucotuene na província de Gaza	Aleia Rachide Agy	Abril de 2017
49	Criando capacidades para o desenvolvimento: o género no acesso aos recursos produtivos no meio rural em Moçambique	Nelson Capaina	Março de 2017
48	Perfil socio-económico dos pequenos agricultores do sul de Moçambique: realidades de Chókwe, Guijá e KaMavota	Momade Ibraimo	Março de 2017
47	Agricultura, diversificação e Transformação estrutural da economia	João Mosca	Fevereiro de 2017
46	Processos e debates relacionados com DUATs. Estudos de caso em Nampula e Zambézia.	Uacitissa Mandamule	Novembro de 2016
45	Tete e Cateme: entre a implosão do el dorado e a contínua degradação das condições de	Thomas Selemane	Outubro de 2016

LISTA DOS TÍTULOS PUBLICADOS PELO OMR DA SÉRIE OBSERVADOR RURAL			
Nº	Título	Autor(es)	Ano
44	Investimentos, assimetrias e movimentos de protesto na província de Tete	João Feijó	Setembro de 2016
43	Motivações migratórias rural-urbanas e perspectivas de regresso ao campo – uma análise do desenvolvimento rural em moçambique a partir de Maputo	João Feijó e Aleia Rachide Agy e Momade Ibraimo	Agosto de 2016
42	Políticas públicas e desigualdades sociais e territoriais em Moçambique	João Mosca e Máriam Abbas	Julho de 2016
41	Metodologia de estudo dos impactos dos megaprojectos	João Mosca e Natacha Bruna	Junho de 2016
40	Cadeias de valor e ambiente de negócios na agricultura em Moçambique	Mota Lopes	Maio de 2016
39	Zambézia: Rica e Empobrecida	João Mosca e Yara Nova	Abril de 2016
38	Exploração artesanal de ouro em Manica	António Júnior, Momade Ibraimo e João Mosca	Março de 2016
37	Tipologia dos conflitos sobre ocupação da terra em Moçambique	Uacitissa Mandamule	Fevereiro de 2016
36	Políticas públicas e agricultura	João Mosca e Máriam Abbas	Janeiro de 2016
35	Pardais da china, jatropa e tractores de Moçambique: remédios que não prestam para o desenvolvimento rural	Luis Artur	Dezembro de 2015
34	A política monetária e a agricultura em Moçambique	Máriam Abbas	Novembro de 2015
33	A influência do estado de saúde da população na produção agrícola em Moçambique	Luís Artur e Arsénio Jorge	Outubro de 2015
32	Discursos à volta do regime de propriedade da terra em Moçambique	Uacitissa Mandamule	Setembro de 2015
31	Prosavana: discursos, práticas e realidades	João Mosca e Natacha Bruna	Agosto de 2015
30	Do modo de vida camponês à pluriactividade impacto do assalariamento urbano na economia familiar rural	João Feijó e Aleia Rachide	Julho de 2015
29	Educação e produção agrícola em Moçambique: o caso do milho	Natacha Bruna	Junho de 2015
28	Legislação sobre os recursos naturais em Moçambique: convergências e conflitos na relação com a terra	Eduardo Chiziane	Maio de 2015
27	Relações Transfronteiriças de Moçambique	António Júnior, Yasser Arafat Dadá e João Mosca	Abril de 2015
26	Macroeconomia e a produção agrícola em Moçambique	Máriam Abbas	Abril de 2015
25	Entre discurso e prática: dinâmicas locais no acesso aos fundos de desenvolvimento distrital em Memba	Nelson Capaina	Março de 2015
24	Agricultura familiar em Moçambique: Ideologias e Políticas	João Mosca	Fevereiro de 2015
23	Transportes públicos rodoviários na cidade de Maputo: entre os TPM e os My Love	Kayola da Barca Vieira Yasser Arafat Dadá e Margarida Martins	Dezembro de 2014
22	Lei de Terras: Entre a Lei e as Práticas na defesa de Direitos sobre a terra	Eduardo Chiziane	Novembro de 2014
21	Associações de pequenos produtores do sul de Moçambique: constrangimentos e desafios	António Júnior, Yasser Arafat Dadá e João Mosca	Outubro de 2014
20	Influência das taxas de câmbio na agricultura	João Mosca, Yasser Arafat Dadá e Kátia Amreén Pereira	Setembro de 2014
19	Competitividade do Algodão Em Moçambique	Natacha Bruna	Agosto de 2014
18	O Impacto da Exploração Florestal no Desenvolvimento das Comunidades Locais nas Áreas de Exploração dos Recursos Faunísticos na Província de Nampula	Carlos Manuel Serra, António Cuna, Assane Amade e Félix Goia	Julho de 2014
17	Competitividade do subsector do caju em Moçambique	Máriam Abbas	Junho de 2014
16	Mercantilização do gado bovino no distrito de Chicualacuala	António Manuel Júnior	Maio de 2014
15	Os efeitos do HIV e SIDA no sector agrário e no bem-estar nas províncias de Tete e Niassa	Luís Artur, Ussene Buleza, Mateus Marassiro, Garcia Júnior	Abril de 2015
14	Investimento no sector agrário	João Mosca e Yasser Arafat Dadá	Março de 2014
13	Subsídios à Agricultura	João Mosca, Kátia Amreén Pereira e Yasser Arafat Dadá	Fevereiro de 2014
12	Anatomia Pós-Fukushima dos Estudos sobre o ProSAVANA: Focalizando no “Os mitos por trás do ProSavana” de Natalia Fingeremann	Sayaka Funada-Classen	Dezembro de 2013
11	Crédito Agrário	João Mosca, Natacha Bruna, Katia Amreén Pereira e Yasser Arafat Dadá	Novembro de 2013
10	Shallow roots of local development or branching out for new opportunities: how local communities in Mozambique may benefit from investments in land and forestry Exploitation	Emelie Blomgren & Jessica Lindkvist	Setembro de 2013
9	Orçamento do estado para a agricultura	Américo Izaltino Casamo, João Mosca e Yasser Arafat	Setembro de 2013
8	Agricultural Intensification in Mozambique. Opportunities and Obstacles—Lessons from Ten Villages	Peter E. Coughlin, Nícia Givá	Julho de 2013
7	Agro-Negócio em Nampula: casos e expectativas do ProSAVANA	Dipac Jaientlal	Junho de 2013
6	Estrangeirização da terra, agronegócio e campesinato no Brasil e em Moçambique	Elizabeth Alice Clements e Bernardo Mançano Fernandes	Maio de 2013
5	Contributo para o estudo dos determinantes da produção agrícola	João Mosca e Yasser Arafat Dadá	Abril de 2013
4	Algumas dinâmicas estruturais do sector agrário.	João Mosca, Vítor Matavel e Yasser Arafat Dadá	Março de 2013
3	Preços e mercados de produtos agrícolas alimentares.	João Mosca e Máriam Abbas	Janeiro de 2013

LISTA DOS TÍTULOS PUBLICADOS PELO OMR DA SÉRIE OBSERVADOR RURAL			
Nº	Título	Autor(es)	Ano
2	Balança Comercial Agrícola: Para uma estratégia de substituição de importações?	João Mosca e Natacha Bruna	Novembro de 2012
1	Porque é que a produção alimentar não é prioritária?	João Mosca	Setembro de 2012

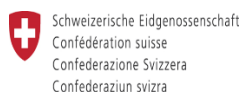


O OMR é uma Associação da sociedade civil que tem por objectivo geral contribuir para o desenvolvimento agrário e rural numa perspectiva integrada e interdisciplinar, através de investigação, estudos e debates acerca das políticas e outras temáticas agrárias e de desenvolvimento rural.

O OMR centra as suas acções na prossecução dos seguintes objectivos específicos:

- Promover e realizar estudos e pesquisas sobre políticas e outras temáticas relativas ao desenvolvimento rural;
- Divulgar resultados de pesquisas e reflexões;
- Dar a conhecer à sociedade os resultados dos debates, seja através de comunicados de imprensa como pela publicação de textos;
- Constituir uma base de dados bibliográfica actualizada, em forma digitalizada;
- Estabelecer relações com instituições nacionais e internacionais de pesquisa para intercâmbio de informação e parcerias em trabalhos específicos de investigação sobre temáticas agrárias e de desenvolvimento rural em Moçambique;
- Desenvolver parcerias com instituições de ensino superior para envolvimento de estudantes em pesquisas de acordo com os temas de análise e discussão agendados;
- Criar condições para a edição dos textos apresentados para análise e debate do OMR.

Patrocinadores:



Rua Faustino Vanombe, nº 81, 1º Andar
Maputo – Moçambique
www.omrmz.org